

VII

História Cultural e Etnicidade Negra*

Wilson do Nascimento Barbosa

História Cultural

Quando Voltaire criou a história cultural, apontou duas razões que a tornavam necessária: (a) a história tradicional que existia era uma história monopolizada pelos padres, cuja função era difundir pequenas moralidades, a serviço aparente de um deus bíblico; (b) era necessária uma outra história, que participasse das lutas do presente. Embora tudo hoje praticamente esteja seduzido por um prazeirismo imediato e desprovido de relações construtivas ulteriores, talvez o segundo motivo seja suficiente para conceder uma dada importância, com um papel de novo militante, à história cultural.

O etnólogo ou antropólogo estão bastante destituídos de prestígio hoje, e desceram as escadas do ministério das colônias para trabalhar simplesmente numa delegacia de bairro. No entanto, embora apenas o capital possa mover-se livremente acima de todas as fronteiras, seu processo de acumulação causou movimentos populacionais suficientes para emprestar um certo eco às etnias empurrando daqui para ali e até algumas delas voltaram a se caldear de modo imprevisito e fornecer problemas novos ao status quo.

Após o genocídio perpetrado de modo mais ou menos consciente contra os “povos pré-colombianos”, a América – e dentro dela o Brasil – assistiu à reinvenção de suas populações e de suas culturas, de modo que não poderia interessar a análise e a narrativa do ponto de vista de suas – verdadeiras ou supostas – classes dominantes. Certamente, não se pode fazer na China, na Índia ou na África negra o que se fez no Brasil ou na Argentina, mas pode-se ganhar tempo falando besteiras, sobre o que se fez. Ganhar muito tempo, à semelhança daquela história tradicional dos padres que censurava Voltaire. Daí que seja necessário uma outra história, que participe das lutas do presente. Contudo, encontrar uma história cultural que se preste a conversar com as multidões oprimidas e aparentemente despersonalizadas da América Latina, do Caribe ou do Brasil, é tarefa não pequena, que há de requerer do alfaiate que se dedi-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-09-3-0-f.131-146

que a projetar esta roupa capaz de vestir os oprimidos com artes, e até a invenção de uma nova tesoura. Ou duas.

Os fundadores da metodologia moderna da ciência social chamaram sempre a atenção para a importância de distinguir a aparência do que é essencial. E, naturalmente, poder reconhecer o que é essencial. E, nesse caso, o que é essencial? Para o caso do Brasil, três pontos dão pista para chegar ao miolo da coisa: (1) o ato de colonização fez evoluir duas etnicidades em paralelo, uma vinculada aos dominadores e tornada a cultura oficial; (2) a evolução espontânea da outra etnicidade foi vítima de todas as violências possíveis e imagináveis, chegando até a políticas de extermínio por parte do Estado dominante, mas não se reduziu ao que seria apenas uma cultura de resistência; (3) sendo esta “segunda” cultura oprimida e aparentemente ignorada, ela é a base indispensável para um entendimento profundo do tempo histórico do país Brasil, uma vez que a sua dinâmica é o único fundamento para a hipótese de tal país – mero espaço do capital – tornar-se no futuro uma nação.

Elaborar, portanto, uma história cultural no Brasil, deixaria o historiador com a tarefa de (a) levantar os elementos caracterizadores da referida cultura paralela e oprimida, para identificá-la, caso isso seja possível, como uma cultura própria de um espaço dual; (b) resgatar a dinâmica de suas aparentes manifestações enquanto organização social, para proceder a um entendimento ulterior mais profundo.

No caso do Brasil, a formação de um sistema de dominação deu-se através de quatro séculos (1550-1950) de participação no processo de internacionalização do capital, formando a sociedade capitalista também aqui, como “forma” da chamada acumulação primitiva. Para tal, milhões de escravos foram mobilizados enquanto camadas sucessivas lançadas – desde o exterior e o interior – num processo de trabalho devorador de seres humanos e gerador de excedentes econômicos a serem acumulados em outra parte. Semelhante espetáculo de desumanidade formou os dois subconjuntos étnicos locais – dominadores e dominados – ao acaso e, por faltar outro termo linguístico, semelhante arranjo terminou por designar-se “sociedade brasileira”. Só a alma mais vulgar e espezinhada não distingue tratar-se de dois mundos separados. Sob a fachada de uma democracia burguesa autoritária, esconde-se a continuidade de uma sociedade de escravidão, que acumula riqueza no exterior para a chamada “raça branca” e miséria no interior para uma “massa escura” de negros e semi-negros. Por outro lado, essa “massa escura” constitui reconhecidamente uma etnicidade própria, que é aqui e ali caracterizada na literatura da classe dominante e cuja imagem falseada é vendida no exterior como de “bons emprega-

dos” - coletivos de pais Tomás – com traços culturais bem adaptados ao mundo europeu.

No entanto, apesar de as sucessivas ditaduras adotadas para silenciar os pobres e os trabalhadores da etnicidade oprimida, o fracasso da dominação grita cada vez mais alto, e as políticas de genocídio do outro, controladas, não mais são suficientes para ocultar sob os véus das aparências o tamanho do desastre real das coisas. Os recursos comportamentais e o adestramento social da etnicidade oprimida escapa hoje às descrições divertidas de um Gilberto Freyre ou de um Câmara Cascudo, não podendo mais ser aqueles gestos enfiados na moringa de uma ambientação rural, ou nos interstícios de um banzo saudável. Os nossos pretos se transformaram rapidamente na magia da urbanização recente e apresentam comportamentos imprevisíveis e hostis, que poderiam estar em Chicago, Tegucigalpa ou Johannesburgo. Que fazer? Como enquadrá-los dispondo apenas da polícia de Maluf?

Talvez se se recorresse ao antropólogo e ao etnólogo se poderia ter sucesso em controlá-los. Talvez. De qualquer forma, a percepção de que os oprimidos não deveriam sê-lo chega também aos oprimidos. A percepção de suas regras de conduta transmitidas de geração a geração, através de sucessivas estruturas culturais, tem levado a massa escura a debater os seus direitos civis e políticos e situar-se no plano da luta, pois, por seus direitos humanos. Essa massa escura é formada por descendentes de negros e indígenas. Ela constitui a maioria absoluta da população do país. Recentemente, como resultado de sua evidência política, resolveu-se denominá-la de “afro-brasileiros”, o que não sei se é um insulto ou uma nova denominação excludente. De cara, é excludente, porque os portugueses, que criaram o “Estado luso-brasileiro”, nunca distinguiram entre africanos e indígenas, para o fim da escravização efetiva. Qual a vantagem atual de excluir o indígena do brasileiro escuro atual, como o termo “afro-brasileiro”?! Para mim, trata-se apenas de uma nova esperteza...

Isso, contudo, não modifica em nada o “presente interativo” de negros e brancos. Primeiro, porque nunca existiu semelhante “interação”. Não são dois polos que se relacionam entre si. Os “afro-brasileiros” nunca tiveram qualquer tipo de representação política diante da “sociedade branca”, isto porque até outro dia suas lideranças naturais continuavam a ser presas ou mortas por dá cá aquela palha. Seus atos diferentes são puramente tornados crimes, inclusive sua religião. Sob administração norte-americana, vive-se atualmente um processo de recolonização dos negros e seus assemelhados por via da chamada igreja pentecostal.

Ao se formar, ao correr dos séculos, as distintas camadas da etnicidade oprimida, uma revolução religiosa, esta legítima, soldou como etnia os distintos grupos de escravizados e oprimidos, apanhados do lado de cá do Atlântico. É esta enorme massa populacional que agora tornou-se na mitologia oficial “afro-brasileiro”. O parentesco fictício que uniu negros e indígenas entre si, formando na prática o povo brasileiro, foi empurrado para o lado pelo esforço da classe dominante em trazer para cá milhões de brancos, para escapar dos resultados histórico da escravização de milhões. Esta onda populacional antinegra é conhecida como “Nova Imigração” (1890-1960), para se distinguir da antiga colonização portuguesa.

Contudo, a Nova Imigração não resolveu problema algum, a não ser o problema da reprodução da classe dominante. Ela podia agora dispor de uma fronteira étnica, uma “reserva”, onde ir buscar, além de trabalhadores a ela assemelhados, capatazes, noivas e elementos cooptáveis para a expansão da própria burguesia neocolonial. Com este gesto, a classe dominante tornou-se capaz de competir de “igual para igual”, no que tange à reprodução, com a “massa negra” que, empiricamente, escapara ao seu controle.

Como não se pode discutir o problema étnico da massa majoritária sem discutir o racismo, a integração nacional e o problema da assimilação de milhões de imigrados tardios (até como classe dominante), uma histórica cultural para ser trazida, a esta altura do drama brasileiro, não pode ser uma história de enganos, uma história da carochinha, etc. Ela tem que ser uma história para valer, uma história militante, ou ao menos participante, capaz de cumprir aquela função básica que Voltaire lhe havia atribuído, ou seja, remover a ingenuidade das cabeças, para torná-las pensantes, aptas ao exercício crítico e, portanto, capaz de contribuir para uma nova construção. Esta nova construção há de provocar ações e reações a uma classe dominante acostumada a matar dezenas de milhares de pessoas todos os anos, através das táticas da “guerra civil oculta” e, em seguida, com olhar lânguido, fazer pose de vestal do templo. A “massa escura”, ou caso se prefira, os “afro-brasileiros”, que não querem tratar a si mesmos como “negros” (que afinal é ofensa criada pelos romanos), não tem como escapar de sua “pertença involuntária” à condição de etnicidade oprimida, nem mesmo cruzando a fronteira para a Bolívia. Condenados pelo seu nascimento a ser negros, por mais que estejam dispostos ao branqueamento, não podem se livrar de todos os seus valores, crenças e símbolos, livrarem-se de sua maneira de ser, para se tornarem apenas “operários brancos” aos olhos dos dominadores. Ainda assim, teriam que continuar sendo remunerados abaixo da subsistência, com salários que só se pagam a negros.

Uma dialética do branco e do preto

A experiência da luta política dos dois coletivos negros de que tenho participado*¹, indica a persistência da velha tese dos portugueses desembarcados em 1808, quanto à impossibilidade de estender direitos civis aos escravos e seus descendentes, incluindo-se aí os indígenas. De acordo com semelhante visão, amplamente dominante até o governo varguista, fator que a levou a declinar, os membros da cultura europeia fazem parte da polis, compreendem os problemas e os direitos da urbanidade. Quanto aos dominados, particularmente a massa escura, não. A tradição “tribal” os situaria abaixo da barbárie e seriam movidos exclusivamente – como os cães e os gatos – por sentimentos e emoções. Migalhas bastariam para satisfazê-los e, de fato, é o que lhe tem sido concedido até aqui, na história do Brasil. A construção da liberdade é algo, portanto, que nunca poderia vir a dar-se num espaço negro, ou “afro-brasileiro”, de cultura. A liberdade do negro seria como a de um cachorro, quando se lhe retira a coleira: correrias, “festinhas” e, logo, comportamento desagradável e inadequado. É notório observar que, apesar da imensidão do território, a maioria da população do país (“afro-brasileira”) nada possui, particularmente terrenos, clubes, piscinas, rios, praças desportivas, etc. Na verdade, nada – ou quase nada – possuem de equipamento social. No entanto, é possível ver no receituário dos programas de rádio, TV e publicações, copiados do exterior, aconselhamento para maior prática de ginástica, de natação, de atletismo, etc. Trata-se de uma burguesia tão estúpida que não é capaz de olhar em torno e ver o cenário que tem construído. Este tipo de miopia se manifesta constantemente com relação à massa dominada, quando a classe dominante, falando de si mesma como espelhamento da França e dos EUA, se atribui haver feito ato qualquer que não seja escravizar o próximo e que a teria elevado “até onde está” pela escada do mérito. Tem então o desprazer de indicar para pretos e pobres a escada do mérito, para que deixem de preguiça e reclamação e venham se juntar aos semideuses liberais pela escada do mérito. Isso faz recordar a expressão de Metternich, “o mérito é a escada pela qual se acotovelam os cana-lhas”. Numa sociedade de exploração do próximo, o mérito torna-se apenas um agravante dos crimes correntes que levam ao êxito: o saque e a pilhagem. Acotovelados na máquina do Estado desde que se fundou a colônia, os exploradores querem simular que trabalharam algum dia.

¹ O autor se refere ao Coletivo “Esmeraldo Tarquínio de Souza”, do PMDB, e ao chamado Coletivo de Pinheiros (São Paulo).

O medo da “onda negra”, fortalecido a partir de 1808, tem desenvolvido esta dicotomia de toda a sociedade, que é jamais falar sobre os fatos da realidade. Aqui, a ruptura entre o discurso e a ação quotidiana é total, a ponto de falar-se e escrever-se que os discursos europeus são aqui entendidos com um outro significado. “Liberalismo”, por exemplo, quer dizer “escravidão”, e “patriotismo”, por outro lado, significa “europeísmo”. A ruptura entre atos e discurso é tão extensa que os membros da classe dominante local se espantam quando chegam na Europa e (1) não são reconhecidos como europeus, ou ainda (2) são caracterizados como responsáveis pela barbárie vigente nesta parte do mundo.

Os membros da classe dominante brasileira se vêem a si mesmos como os heróis que vivessem no mundo dos bárbaros para prestar um serviço à civilização e querem ser na Europa e nos EUA reconhecidos como tal. Trata-se, perante si mesmos, da criatura que leva o fardo indicado por Rudyard Kipling (O Fardo do Homem Branco). Nada mais se sentem do que o “inglês na Índia”. Por isso, enquanto repartem entre si todos as benesses e honrarias do sistema capitalista, sentem-se profundamente irritados com qualquer petição mínima, vinda de pretos e seus assemelhados. Um pedido de aumento de salário ou à concessão de um direito legítimo e a outros (brancos) reconhecido, leva os portadores do mérito rapidamente ao paroxismo. Daí que se possa ironizar semelhante dominação como “antítese de si mesma”, porque as leis, as normas, as regras que ela estabelece para a sociedade só devem vigor para a parte minoritária da sociedade, permanecendo a maioria “fora da lei”.

Olhando-se mais de perto a dominação, há de observar-se uma burguesia que é “criatura do imperialismo”. Isto é, ela formou-se por sucessivas camadas de pobres deportados da Europa, quase sempre sob a égide de algum fracasso local, neste ou naquele território europeu. Estas camadas aqui se fundiram numa extensão da classe dominante portuguesa já existente, através de dois mecanismos: (a) bajulação, servilismo e aderência à classe dominante encontrada; e (b) hostilidade e imiseriação da população de massa escura (“afro-brasileira”), que tratou de calcar sob seus pés, para “vencer na vida”. Semelhante burguesia neocolonial é totalmente desprovida do espírito empresarial e inventivo que possuíam aqueles europeus que os expulsaram – por fracassados – lá da Europa. Tudo que essa burguesia neocolonial deseja é vender pão para pobres e exportar suco de laranja, petróleo e minério de ferro; encher os bolsos com os caramundéus e ir gastá-los no “Primeiro Mundo”... Como qualquer preto pode ver, não há muito o que esperar de positivo diante desse “quadro de miséria social”... A “cultura branca” aqui é o somatório de coisa nenhuma.

ma e se eles não dão a tecnologia, o saber-fazer e a organização democrática é porque não só a desconhecem como nunca antes a tiveram.

Ou seja, o “branco” que para aqui imigrou e veio reforçar a classe dominante do país, é tão “preto” na Europa quanto o negro desempregado, portador da chamada “cultura negra”, que tem por modelo o “branco” local, chegando, às vezes, para “igualá-lo”, ao roubo ou ao extermínio do próximo. É ladrão o “branco” burguês que paga o salário-mínimo a um trabalhador e é ladrão um preto favelado que pega um 38 para ir roubar. São as duas faces que o neocolonialismo pode montar – cara e coroa – dessa moeda falsa que se constitui o “ser brasileiro”.

Inteirados num ego ego desumano e destruidor, o branco-preto e o preto-branco buscam encontrar o reconhecimento de uma boa ação que nunca praticaram, junto a uma metrópole que nunca os reconheceu como filhos legítimos, ou sequer como macacos-de-realejo que houvesse treinado. Essas duas caras do Brasil se merecem e se movem enroladas nos véus propiciados pelo colonialismo e desse modo dançam sua dança fatal e autodestruidora: assaltos à mão armada, chacinas mal disfarçadas da polícia, guerra civil permanente e mal encoberta...

Uma história cultural que falasse a verdade deveria envolver-se e procurar deslindar binômios sinistros como o acima indicado e que cifra o simbolismo de uma sociedade que não ousa progredir no plano social. Mas onde estão estes historiadores da cultura? Como eles poderão se destacar de dentro dessa antinomia muda e aparentemente festeira, esta unidade de Janus, o branco-preto e o preto-branco? Na verdade, tais futuros historiadores ainda dormem dentro da brutal antinomia, enquanto o quilombo de hoje, a favela, cresce em toda parte e assume a quarta ou terceira porção de cada cidade brasileira. Sendo o Brasil um “país” (ou lugar...) exportador de capitais, nunca haverá aqui recursos líquidos suficientes para enfrentar e resolver quaisquer dos seus grandes problemas sociais (educação, saneamento, habitação, saúde, aposentadoria...), para que a satisfação do ego nos equipare ao mundo em ascensão lá fora... Se a favela é ruim, o favelado é sambista e a paisagem do morro é igual à do apartamento. Poder exprimir a igualdade do desigual é a poética fundamental do horizonte colonizado, o perfume que torna a miséria – senão desejável – pelo menos tolerável. Nesse sentido, Zé Keti tem sido o poeta mais crítico e tolerável da negritude local.

Tal quer dizer que esta sociedade, produto da dominação externa, não deseja mover-se para o seu destino, mas evidentemente o destino dela a faz mover-se, mesmo à revelia. Ela se move porque tudo se move, o mundo se

move e a posição dela – no mundo – não pode permanecer a mesma. Desta forma, as proposições da falsa consciência se fundam nas meias-verdades que favorecem o branco-preto que meritoriamente aqui progride. Ele é a minoria que se beneficia do estatuto suposto democrático que só para ele existe, mas que não pode existir para o preto-branco, do contrário, se fechariam as oportunidades do branco-preto. O lado de democracia que beneficia o branco, por proteger uma minoria, não pode proteger o preto, que é maioria. À minoria deve ser garantido o direito – dizem os juristas burgueses – de sobreviver diante da maioria. Ora, o escravizador só pode sobreviver enquanto escravizador, daí que o princípio do mérito só é democrático quando preserva a condição do escravizador do branco. Veja-se a África do Sul. Mas se é assim, o que restará ao preto...branco? Resta-lhe a falsa consciência, de que pode desfrutar. Resta-lhe a condição de viver o seu ego como branco. Desse modo, a democracia racial enquanto bandeira da ideologia social, não é falsa: ela promove a ascensão do branco, dessa forma particularmente brasileira de ser branco, o branco-preto. Ele ascende; por isso, a democracia racial é legítima... O preto-branco pode demonstrar toda sua civilidade aceitando este fato, como oposto real de uma dualidade, da qual ele é parte perdedora. Daí os esperneios, a guerra civil oculta... que fazer? Não se pode servir a dois senhores... Sirva-se a um então... a verdade, o Outro é apenas um escravo rebelado...

A aparente abstração, “igualdade de oportunidade para todos” revela-se como concreção “igualdade de oportunidade para a minoria (branca)”. O preto-branco, sem entendê-la, continuará a defender tal bandeira (que o joga para baixo) como oportunidade democrática... efetivamente, para brancos. Perito na arte de intentar retornar à condição humana, o preto tende a silenciar diante desta enganação e busca uma outra forma de aproximar-se do dinheiro, o que lhe daria algum poder em qualquer sociedade. Ora, ele está perdido pelo ego de branco que adotou. Quer ter direito a tudo que tem o capitalismo, quando se sabe que o capitalismo se ergueu argamassando carne e sangue de negros (a acumulação primitiva). Daí que o branco-preto possa explorá-lo de novo e mais uma vez: distribuição do narcotráfico, crime organizado... Eis novas formas democráticas a expandir, e que garantem o mundo livre e, portanto, expressam a liberdade individual. Novas concreções para ampliar a acumulação de capitais da burguesia e levar os negros para o cemitério mais cedo. O que há de triste na observação dos caminhos práticos para alcançar o sucesso individual é que nem as teorias mais bem elaboradas nem o pragmatismo mais vilão oferecem qualquer oportunidade real para o homem comum escapar da tragédia e da mediocridade.

No entanto, é muito difícil explicar para os jovens que não existe nenhum atalho que conduza à felicidade. E que a preservação de sua vida como uma leitura crítica do cotidiano é a melhor colaboração que ele pode prestar a si mesmo e aos de seu círculo familiar. Para combater a cultura do racismo, o negro individualmente necessita sair da antinomia em que a sociedade o fabrica como coisa e rebelar-se, tornando-se sujeito de seu próprio mundo.

Nesta luta pela emergência da consciência, nesse processo de combater o movimento de falsa consciência que decorre do desenvolvimento do ego deformado, pretos com ego de branco, pobres a invejar carros, esposas louras e palácios nas nuvens, é importante combater uma ideologia social que nega a si mesmo e vê apenas mercadorias... a comprar com dinheiro obtido pela exploração do próximo. O capital, o valor que se valoriza a si próprio, continua a ver no negro apenas carne para moer, ossos para triturar. O capital, antípoda do trabalho, lança massas de milhões de negros na miséria e no desemprego, como parte do processo de elevar o seu próprio valor. No entanto, os pobres, cuja maioria no Brasil são “afro-brasileiros”, vagueiam em torno da dialética branco-preto/preto-branco, imaginando que encontrarão uma saída pessoal para o enriquecimento, através de um novo emprego, uma nova novela, ou uma adesão ao crime organizado. É preciso denunciar este momento praticamente alucinatório da falsa consciência.

O debate dos problemas da vida cotidiana das comunidades negras pode ser feito para se tornar um ponto de partida da recolha dos valores efetivamente negros, verdadeiramente expressadores da memória afro-brasileira, tal qual ela se tem preservado na presente estrutura cultural. A cultura negra no Brasil se encontra em processo de reinvenção, o que se caracteriza pelo abandono de certas experiências e modos-de-ver, e a ascensão de outros traços. Por isso é importante levar-se em consideração (a) o discurso, (b) a interpretação e (c) os valores de cada membro mais idoso da comunidade negra, para oferecer uma certa plataforma de estabilidade da cultura negra do Brasil e – a partir desta base de inventário – buscar fixar-se no sucessivo as mudanças de leitura de seus elementos de maior destaque no tempo posterior.

Uma etnocultura ou – uma etnicidade – requer a participação ativa de seus membros para ver-se mapeada e “medir-se” o seu potencial de impacto na mobilização da luta pelas transformações sociais e políticas. Da visão um tanto ingênua de se cifrarem todas as experiências de mudança na tomada legal do Estado, retorna-se hoje à importância dos movimentos próprios setorizados, constituindo-se oportunidade histórica a dinamização de diferentes movimentos sociais, no Brasil particularmente o movimento negro,

há mais de uma década. O avanço do movimento negro requer uma avaliação dos meios ideológicos e de psicologia social da cultura negra ou “afro-brasileira”. A atuação de um trabalho de história cultural pode fazer parte do esforço contributivo para um balanço e uma política de mobilização da cultura negra em todo o país. As origens reconstruídas, os laços religiosos e de parentesco das comunidades negras do país, suas regras de conduta, de alimentação e a luta comum pela sobrevivência, se constituem importante meio para uma nova interpretação, desta vez com luz própria, da cultura hoje dita afro-brasileira. Certamente, uma reflexão importante dela reconstitutiva pode ser feita por um trabalho de história cultural.

As forças e os elementos históricos que produziram no Brasil a etnicidade negra como base de uma nacionalidade potencial encontram-se muitas ainda vivas, com seu poder destrutivo. O desinteresse neocolonial na humanização da massa de pobres e trabalhadores os enxerga apenas enquanto fornecedores em potencial de trabalho vivo e compradores de mercadorias. No entanto, devido ao grau extremo de imiseriação das massas trabalhadoras e pobres no país, através do processo de endividamento do Estado, as torna inclusive de pouco interesse atual para a exploração das grandes potências capitalistas. Estão num limite do que podem tomar aqui do Brasil. O vampiro deve deixar uma certa folga para a vítima “voltar à vida”... A atual experiência de “democratização” nada mais expressa do que isto; o povo explorado deve encontrar por si mesmo formas de ceder a riqueza adicional exigida pelos exploradores. Entra-se, portanto, num período de avaliação de todas as forças vivas, de retomada dos movimentos populares e do reencontro com o que há de específico em suas histórias.

Por outro lado, a esperança de assimilação cultural do Brasil pela Europa apenas levou ao reforço da divisão étnica do país, com a aglomeração de uma cultura de cópia europeia em torno do núcleo de dominadores sociais políticos. E o empurramento, para a outra margem, do trabalho, da pobreza e da expressão afro-indígena, reforçando a separação de modos-de-vida entre os “dois brasis”. Isso não pode ser negado. A rápida urbanização expressa hoje no mesmo cenário a ruptura drástica entre os dois níveis de rendimento e os dois modos-de-vida.

Isso pede dos intelectuais comprometidos com o espírito de uma mudança progressista, a reflexão sobre a cultura afro-brasileira, a compreensão da estrutura que a mesma hoje apresenta, a contribuição na inventariação de suas experiências e seus recursos, e a mobilização de seus elementos mais ativa para uma participação positiva no engajamento de sua etnicidade . Essa cha-

mada à luta da cultura negra no Brasil contribui, antes de tudo, para o seu fortalecimento e sua expressão criativa como interpretação do Brasil.

A dominação europeia no Brasil é uma forma vazia, “plena” de todos os elementos que a conduzem a nada produzir de ação humana criadora. Gerada por interesses mercantis, mantém-se como cultura mercantil, que transforma todo ato criativo de que se pode apropriar em mercadoria, e transforma por seu circuito toda mercadoria em dinheiro. Dessas formas exploratórias não podem participar as vastas maiorias populacionais do povo trabalhador e do povo pobre.

Objetivar a estrutura cultural

É importante compreender-se que uma estrutura cultural mantém-se apenas por certo período histórico, em torno de uma ou duas gerações apenas. O corte que limita semelhante estrutura deve expressar uma certa radicalidade no processo de mudança. Por exemplo, o fim do período de escravatura no Brasil é uma marca relevante para o caso brasileiro. Pode-se considerar 1890 como o fim de uma estrutura cultural e o início de uma outra. Dando-se 90 anos para tal nova estrutura, tem-se $1890 + 90 = 1980$.

Considere-se, portanto, esta estrutura cultural, 1890 – 1980. Nela estão contidas três gerações, (a) uma que se finda nela; (b) outra que aí vive todo o seu período; (c) uma terceira, que nela se inicia. Como caracterizar semelhante estrutura cultural? Ela possui uma psicologia social própria, uma ideologia social própria, uma ideologia política própria. Semelhantes estruturas só podem ser conhecidas, com relação à base étnica da sociedade, a partir da leitura dos membros de cada etnia, que a interpretam de acordo com seus valores e suas crenças. Daí a importância de entender-se o que as pessoas de dada comunidade entendem da época que vivem e a vantagem explicativa de narrar-se ou contar-se esta fase histórica, de acordo com os valores e as crenças dos membros de dada comunidade. É evidente que as melhores explicações de uma época são dadas por quem vive aquela época. As perguntas que se podem fazer sobre certa época histórico-cultural. Por exemplo: qual o impacto do fim da escravatura para as pessoas de então? Como tal impacto foi vivido pela comunidade negra da estrutura cultural 1890-1980?

Ora, tal só pode ser conhecido valorando-se o fundo disponível de história oral, entrevistando-se as pessoas ali envolvidas. Isso pode não ser verdade para a etnia politicamente dominante, mas por certo é verdade quando se objetiva a experiência, por exemplo, da comunidade afro-brasileira ou afro-

indígena. A maioria da população brasileira não viveu semelhante experiência do ponto de vista da classe dominante, mas do ponto de vista de negros, ameríndios e mestiços.

Suponha-se que vamos buscar entender os interesses e as práticas sociais de uma estrutura ou época cultural. Quando se trata de conhecer as comunidades não-dominantes, as fontes tradicionais (documentos, monumentos etc) perdem em eficácia e a oposição dos interessados torna-se mais relevante. Nesse caso, o historiador da cultura deve priorizar o discurso dos próprios interessados, sem submetê-lo à censura, e recriar uma explicação de época de acordo com a narrativa dos protagonistas que aí viveram e que aí são interessados. Darei dois exemplos.

Na cultura da África Ocidental, particularmente da Nigéria, os valores tradicionais das culturas afro acham-se fortemente folclorizadas e distorcidas pela influência da tradição recente do Islã (últimos cem anos). Tradições culturais de que temos narrativas coerentes dos séculos 17 e 18, foram “reformadas” e deturpadas pela nova influência da dominação islâmica. Isso quer dizer que devemos desconsiderar a narrativa dos protagonistas ainda vivos, que nos trazem tais deformações culturais? É evidente que não. Devemos recolher suas versões da época cultural em que vivem e reproduzi-las em seu movimento explicativo. Comparar as diferentes versões é trabalho da analista e deve-se fazer em outro texto e em outra circunstância.

O segundo exemplo: frequentando certa academia de capoeira, ouvi de um aluno uma versão “defeituosa” do cântico “Paraná-ê”. Perguntei-lhe a origem da explicação que me dera e ele indicou o próprio mestre da academia como fonte. Conversando com o mestre, ouvi dele uma versão detalhada e reinventada da origem do cântico. O mestre chegou a informar-me que conhecia os personagens envolvidos na narrativa. Trata-se de uma mentira?

Todos os mitos quando foram inventados eram por certo apenas cada qual uma “mentira”. Mas o que seria uma “verdade”? É mais importante entender por que esta é atualmente a explicação de tal ato cultural ou porque antes a explicação difundida e aceita era outra. Isso nos ensina mais sobre o movimento da cultura do que rejeitar-se simplesmente esta ou aquela explicação.

Quando se fala em cultura afro-brasileira, está-se a falar em que? Certamente, na fusão das culturas africanas trazidas ao acaso para o Brasil com as culturas indígenas aqui existentes e um certo “algo” das culturas europeias para aqui trazidas.

Ao se colher informação cultural ou sobre atos culturais, não se pode “purificá-los” em tal ou qual direção. Muitos episódios africanos são narrados

com nomes da terra brasílica e muitos episódios são narrados com nomes africanos. Os personagens da estrutura cultural presente (1890-1980) que nos passam tais estórias desconhecem a origem efetiva das mesmas, mas sim as reconhecem como elementos vivos de sua cultura. Que interesse podemos ter em excluir os indígenas da cultura afro-brasileira? Que interesse podemos ter em excluir os africanos das culturas indígenas? Não se pode ignorar a história dos quilombos nem o desenvolvimento efetivo da cultura dos oprimidos por negação. Colher a cultura viva e detectar para onde se move é o resultado de se aceitar o movimento narrativo dos legítimos agentes culturais. É sempre citado em sala de aula a convergência do termo “Kumbukulu”, da língua ovambo (“viandante”) e da palavra “caboclo”, aparentemente da língua geral brasílica (“pessoa qualquer”). A fusão da base étnica afro-brasílica (1760-1840) foi suficientemente forte para desencaminhar “purificações” futuras (Darcy Ribeiro).

É, portanto, discutível, procurar-se “erro” nas movimentações culturais ou diferentes situações. Isso não exclui a análise da informação cultural, mas separa o momento de tal análise da constituição de uma leitura efetiva de uma época cultural, segundo dada base étnica. Não cabe ao historiador da cultura selecionar quais sejam os elementos constitutivos de uma etnocultura, mas inquirir dos membros de tal cultura o que ela seja e porque o é. Não sou eu quem deve dizer para o pajé ou à mãe de santo o que eles fazem, mas todo o contrário. É claro que constituído o edifício da explicação, eu possa em outro texto oferecer os motivos de meu próprio entendimento dele. Não posso, no entanto, deixar aquela informação oculta, como arrogantemente se fazia até época recente. É como oferecer uma torta de banana e negar que a banana seja o fruto que a compõe. A existência de uma certa cultura é mais importante que as lucubrações que sobre ela se venha fazer, quando dela não se faz parte.

Na encruzilhada em que as culturas se encontram, se deformam e produzem outras, não há “cultura passiva”, ou sequer “cultura inocente”. Todos tomam de todas tudo que lhes convém para a sobrevivência. Seria ingenuidade de nossa parte não entender que Portugal não levou apenas frutos e pessoas de uma parte para outra: nigerianos para Pernambuco, além-tejanos para Goa, bananas para Bahia, tupi-guarani para Angola. Em 1860, o Rio de Janeiro era a maior cidade angolana no mundo. Não se pode dar conta do efeito de todos estes entrecruzamentos, mas se pode contar teorias de seus resultados culturais, recorrendo às pessoas vivas no espaço cultural de uma dada estrutura. Entre os elementos que projetam a história cultural em nossa época, encontra-se certamente a percepção das transformações que sofreram as etnoculturas no processo de mundialização e, importante, que as culturas – todas – são, tam-

bém etnoculturas. A cientificação do papel da linguagem, seus lançamentos, as artes fundamentais, etc, não dispensam a reflexão aparentemente enganosa das pessoas vivas, das maiorias silenciadas, que igualmente podem prestar o seu “depoimento” para a reconstituição de um modo de ser de uma época. Ou seja, não deve haver – da parte do historiador – pressa para estabelecer a abstração fundamental do evento narrado; para encontrar o “núcleo racional” dos motivos do movimento de reação cultural. O entendimento dos próprios participantes da etnocultura é o que se deve visar na estruturação das narrações primárias, para depois, sim, especular-se acerca de quais seriam seus móveis e eventuais sentidos.

A substituição de um sistema de civilização por outro, por ser um fato lento, não se torna menos desesperado. A terrível luta pela sobrevivência das culturas na Europa na formação da era moderna não poderia poupar quaisquer outras culturas que lhe caíssem na proximidade dos vexames da violência e da fetichização. O Atlântico se tornou o centro dessa luta (1400-1900) e todas as culturas e/ou civilizações que ali se envolveram perderam de certa forma o paraíso antecedente. Nesse mundo de Calibã, o colonialismo fabricou suas almas torturadas e todo processo posterior deu-se em todas as direções e o outro lado de seus efeitos não pode ser observado senão no impacto da formação de uma cultura que abarca todos os vaivéns do Atlântico, mas que se contradiz porque se contrapõe a cada momento do que ela tentou ser.

O lugar da etnocultura

O complexo dinâmico da cultura negra em movimento (religioso, lúdico-cultural, político, etc) não é sequer percebido pela dominação como algo consistente, como algo estrutural, ou expressivo de necessidades estruturais, e que se estrutura. Este complexo dinâmico é percebido apenas como um protesto de indivíduos espertos, pretos que se querem passar por alçados, para receber um pagamento por conduzir uma suposta etnia.

Ao não lograr – ou conseguir – enxergar o movimento negro como parte de um complexo que realmente existe, a cultura dominante expressa poucos elementos capazes de indicá-la como uma força que esteja efetivamente conduzindo esta parte da população do mundo a algum lugar. Aqui, Moisés deixou de conduzir o “seu povo” através do deserto e nem se pode saber se ele lá se encontra. (Ou seja, que a cultura dominante tem consciência da outra parte e da necessidade de deixá-la partir).

Alguns arguem que a condição cognitiva particular da etnia negra pode servir de motor-de-partida para uma reinicialização do problema nacional, com a retomada de uma pauta onde se ouse escrever os problemas sociais corretamente ignorados ou negados existir. Tem o Brasil um problema de educação? Um problema de saúde pública? Um problema de saneamento básico? Para o discurso liberal (escravizador) não tem, porque os indivíduos doentes, sem instrução e que bebem água podre o fazem por preferência disso a trabalhar.

Para outros, o esforço que o negro tem demonstrado para construir e manter sua própria etnocultura é indicativo que é possível fugir do dilema neo-colonialista, a dialética do branco-preto e do preto-branco. Ou seja, a objetividade social da etnicidade da pauta de transformações necessárias, permite e corresponde à emergência da autoconsciência negra. Os negros já sabem que os problemas do Brasil são problemas do negro brasileiro é só pela ação deste elemento podem ser resolvidos como problemas nacionais.

Os nichos de busca de identidade que porventura se hajam historicamente perdido na cultura da dominação diferem de seus similares no movimento da cultura negra. No lado de cá, da cultura dominada, expressão da maioria, as opções do si-mesmo, ganham vital importância e são percebidas. A massa dos pretos não o percebe, à semelhança da cultura dominadora. No entanto, tal percepção já se manifesta na cultura negro-brasileira. Os problemas do racismo e da integração nacional foram distorcidos e até adiados pelo problema da Nova Imigração e da assimilação tardia do movimento dos imigrantes novos (1860-1940). No entanto, no seio da etnocultura dominada (mas não imobilizada ou destruída) prosseguiu a formação descontínua de quadros sociais e a elaboração demandada de suas leituras da sociedade. Para a intelectualidade negra (tanto social quanto individual), as oposições do si-mesmo se tornaram muito mais importantes do que as fascinações do outro no espelho, do que as imagens invertidas da falsa consciência. Tal pode significar – para esses intelectuais – o início da marcha independente dos negros para a formulação de “seus” problemas nacionais. Na verdade, um número cada vez maior de brasileiros descobre o necessário desenvolvimento trágico do mundo e, como advertiu Freud, busca abandonar as condições circunstanciais que significam viver eternamente na infância (eu, eu, eu...). Esta tendência ao abandono das vivências culturais de segundo plano explicam para estes o significado, o desconforto, de não viver a sua vida como a vida que lhes seria própria. A percepção de sua vida como algo que pode ser seu é – sem dúvida – o centro das relações de mediação supostas ao expressar-se de si, ou seja,

criação cultural. E uma cultura que está viva não pode pensar-se a não ser como (a) manutenção da cultura própria; (b) e a oportunidade de ser a si mesmo, quer dizer, criação cultural. Este lugar do ato cultural é próprio de uma cultura que está viva, isto é, que é etnocêntrica no sentido de ser incorporada ao si-mesmo de seus praticantes.

Este é o sentido da objetividade social da etnicidade: conduzir as circunstâncias de modo que se ponham a serviço de suas classificações de mundo. De modo que correspondam a seu modo de ser étnico, suas verdades e falsidades internas. Não para servir, nesse caso sob observação, à dialética do branco-preto e do preto-branco.